



GCM – RJ

GCM - NITEROI - RJ

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

Guarda Civil Municipal

EDITAL Nº 001/2024

**CÓD: OP-087DZ-24
7908433267256**

Questões Gabaritadas:

1. Conhecimentos Básicos De Direito Constitucional	5
2. Direito Administrativo.....	19
3. Direito Penal E Processual Penal.....	29
4. Legislação.....	35
5. Língua Portuguesa	39
6. Noções de Informática.....	93

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. SELECON - 2024

Um dos objetivos fundamentais da República, estabelecido na Constituição de 1988, é:

- (A) proporcionar o pluralismo político
- (B) estabelecer a soberania nacional
- (C) garantir o desenvolvimento nacional
- (D) promover a dignidade da pessoa humana

2. SELECON - 2023

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil possui objetivos fundamentais que se articulam com o direito à educação. Dentre eles, podemos destacar:

3. SELECON - 2022

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são poderes da União independentes e:

- (A) fiscalizadores entre si
- (B) concorrentes entre si
- (C) harmônicos entre si
- (D) avaliadores entre si

4. SELECON - 2022

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são fundamentos:

- (A) das leis ordinárias do Estado
- (B) das leis delegadas dos Municípios
- (C) das leis complementares da União
- (D) do Estado Democrático de Direito

5. SELECON - 2022

Entre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais está:

- (A) a intervenção em nações não democráticas
- (B) a não concessão de asilo político
- (C) o apoio em guerras pelos direitos humanos
- (D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo

6. SELECON - 2022

A República Federativa do Brasil formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal se amolda a um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político que, com base na atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, se constituem em:

- (A) princípios fundamentais
- (B) regras exclusivas do meio ambiente
- (C) regras exclusivas da livre concorrência
- (D) regras exclusivas da atividade econômica e social

7. SELECON - 2022

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida internacionalmente como a Constituição Cidadã porque constituiu no Brasil um Estado Democrático de Direito com seus princípios fundamentais, dentre os quais **NÃO** se inclui:

- (A) a intervenção
- (B) o pluralismo político
- (C) o valor social do trabalho
- (D) a dignidade da pessoa humana

8. SELECON - 2022

A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a sua soberania.

No plano transnacional, a soberania funda-se no princípio da:

- (A) defesa da paz
- (B) concessão política
- (C) independência nacional
- (D) extradição criminal

9. SELECON - 2022

O Art 1º da Constituição Federal/1988 estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos o pluralismo político, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a soberania, além do(a):

- (A) cidadania e dignidade da pessoa humana
- (B) repúdio ao terrorismo e ao racismo e defesa da paz
- (C) não intervenção e solução pacífica dos conflitos
- (D) autodeterminação dos povos e igualdade entre os Estados

10. SELECON - 2022

Ettore é perquisador na área de História, tendo realizado vários cursos, inclusive no exterior do Brasil, onde obteve seu mestrado. Dentre os vários estudos que efetuou, o primeiro disse respeito aos direitos inerentes à cidadania. Dentre os direitos civis pioneiros, pode ser indicado o direito à:

- (A) votação
- (B) liberdade
- (C) autoria
- (D) sexualidade

11. SELECON - 2022

Dentre as características dos direitos fundamentais, aquela que não desaparece pelo decurso do tempo denomina-se:

- (A) imprescritibilidade
- (B) inviolabilidade
- (C) limitabilidade
- (D) relatividade

12. SELECON - 2024

Determinado Projeto de Lei Complementar, em trâmite no Congresso Nacional, propõe para alguns tipos de crime, considerados de maior gravidade, a aplicação de pena de trabalhos forçados, independentemente de posterior regulamentação específica.

Nesse caso, à luz da Constituição Federal de 1988, o referido projeto de lei é:

(A) inconstitucional, pois o atual texto constitucional proíbe a aplicação da pena proposta

(B) constitucional, pois o atual texto constitucional autoriza a aplicação da pena proposta

(C) ilegal, pois o atual texto constitucional autoriza a aplicação da pena proposta, desde que mediante posterior regulamentação específica

(D) legal, pois o atual texto constitucional autoriza a aplicação da pena proposta, independentemente de posterior regulamentação específica

13. SELECON - 2024

Zenep é empresário, proprietário de várias lojas em que negocia utilidades domésticas de baixo custo retornado, todos os dias, para a residência onde habita com sua esposa e quatro filhos. Em determinado dia, é surpreendido por agentes policiais que pretendem vistoriar sua residência por suspeitas levantadas por vizinhos. O empresário recusa a presença das autoridades do local. Nos termos da Constituição Federal, existe a:

(A) fiscalização do Ministério Público nas operações que ressalta todas as eventuais nulidades surgidas

(B) necessidade de buscar criminosos na residência do indivíduo por convicção dos agentes públicos

(C) possibilidade de ingresso na residência do indivíduo, baseado em investigação policial

(D) proteção ao domicílio do indivíduo, salvo determinadas situações

(E) autorização irrestrita de intervenção estatal na residência do indivíduo

14. SELECON - 2024

Anaid Baal recebeu notificação da União Federal de abertura de procedimento de desapropriação do imóvel do qual é proprietária, com fundamento em utilidade pública. Nos termos do DL nº 3.365/41e da Constituição Federal, a desapropriação deve ocorrer mediante casos de segurança:

(A) estadual, com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública

(B) local, com prévia e justa indenização em moeda corrente

(C) nacional, com prévia e justa indenização em dinheiro

(D) municipal, com prévia e justa indenização em títulos de crédito

15. SELECON - 2024

Os direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal de 1988, que estão diretamente ligados à pessoa humana no que diz respeito ao direito à liberdade e à dignidade, são conhecidos como:

(A) existenciais

(B) individuais

(C) políticos

(D) sociais

16. SELECON - 2024

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato e o direito de resposta, proporcional ao seu agravo, dizem respeito ao princípio constitucional conhecido como:

(A) liberdade de expressão

(B) imperativo de consciência

(C) inviolabilidade da intimidade

(D) liberdade de reunião e associação

17. SELECON - 2023

Para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social, nas hipóteses previstas no texto constitucional, o Presidente da República pode decretar o Estado de Defesa e, dessa forma, podem ser estabelecidas restrições ao direito de:

(A) sigilo da fonte de imprensa

(B) locomoção no território nacional

(C) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica

(D) reunião, preservado o exercido no seio das associações

18. SELECON - 2023

O Brasil é constitucionalmente um Estado laico e, como tal, deve adotar uma posição neutra no campo religioso. Considerando-se a vedação da interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais:

(A) é vedado às escolas e bibliotecas públicas a manutenção de exemplares da Bíblia

(B) inexistente prestação alternativa a permitir a alguém eximir-se de cumprir obrigação legal a todos imposta

(C) é assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva

(D) é compatível com a Constituição a imposição de restrições à realização de cultos, missas e demais atividades religiosas em períodos excepcionais de calamidade pública

19. SELECON - 2023

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5, reza que os brasileiros e os estrangeiros residentes no país são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à segurança, dentre outros, nos seguintes termos:

(A) o direito à propriedade é garantido e deverá atender a sua função econômica

(B) a liberdade de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos

(C) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é dependente de licença prévia

(D) a liberdade é plena para as associações de caráter sindical, paramilitar e classista e para outras com fins pacíficos

20. SELECON - 2022

Acerca do direito à vida, previsto na Constituição Federal, é **correto** afirmar que:

- (A) há vedação absoluta à pena de morte em nosso ordenamento jurídico
- (B) os crimes culposos contra a vida são julgados perante o tribunal do júri
- (C) a criança e o adolescente têm absoluta prioridade ao direito à vida
- (D) a interrupção do processo gestacional de fetos anencéfalos foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal

21. SELECON - 2022

De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal/1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos seguintes termos:

- (A) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- (B) A manifestação do pensamento é livre, sendo admitido o anonimato.
- (C) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, desde que obtenha a licença pública.
- (D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se, sendo, porém, compulsória a associação ao sindicato da categoria profissional a que pertença.

22. SELECON - 2022

O direito à igualdade é extremamente importante para a democracia. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 garante o direito a não discriminação de qualquer indivíduo em razão de raça. A prática do racismo no Brasil constitui crime:

- (A) prescritível
- (B) inafiançável
- (C) passível de habeas corpus
- (D) sujeito à prisão perpétua

23. SELECON - 2022

Cidadão convocado por meio de sorteio para integrar o Tribunal do Juri para julgar um crime de homicídio ocorrido na comarca em que reside se recusa a atender ao chamado. Ele fundamenta sua negativa com base em sua convicção política. Nesse caso:

- (A) a recusa ao serviço do júri só é admissível se fundada em convicção religiosa e filosófica, e importa no dever de prestar serviço alternativo
- (B) a recusa ao serviço do júri é admissível se fundada em convicção religiosa, filosófica e política, e importa no dever de prestar serviço alternativo
- (C) o serviço do júri é obrigatório e nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de convicção religiosa, política ou filosófica
- (D) a recusa ao serviço do júri é admissível se fundada em convicção religiosa, filosófica e política, não importando no dever de prestar serviço alternativo

24. SELECON - 2022

No momento da ocorrência de uma cerimônia religiosa, em conformidade com a lei, um terreno ocupado por pessoas de determinada religião foi invadido por moradores locais, sob o pretexto de impedimento e de repúdio no que concerne à realização de quaisquer cultos religiosos nessa região.

Quanto aos direitos e deveres fundamentais, individuais e coletivos garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a situação acima experimentada pelos religiosos, à luz da atual Constituição Federal de 1988, se configura como:

- (A) violadora do acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional
- (B) violadora da liberdade de consciência e de crença, devendo ser garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias
- (C) livre quanto à expressão da atividade artística, científica, esportiva e de comunicação, independentemente de censura ou licença
- (D) livre quanto à locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens

25. SELECON - 2022

Em prol dos povos indígenas que sofrem com a invasão de garimpo ilegal em suas terras, resultando na poluição das águas das suas nascentes e águas lacustres e pluviais, pelo indevido lançamento de metais pesados pelos garimpeiros nessas terras, um grupo de estudantes de escolas públicas de certo Município, mediante convocação pacífica divulgada em uma rede social, resolveu, pela primeira vez, se reunir pacificamente, sem armas, em certo dia e horário diurno próximo ao prédio da Câmara Municipal, para se manifestar contra essas invasões dos garimpeiros nas terras indígenas. A autoridade competente local foi previamente avisada dessa reunião.

Nesse contexto, com base na Constituição Federal de 1988, em relação aos direitos e deveres fundamentais, a referida reunião:

- (A) não será permitida pela Administração Pública local, visto não ter sido autorizada
- (B) não será permitida pela Administração Pública local, visto ser inadmissível a reunião de pessoas em local público
- (C) será permitida pela Administração Pública local, pois deverá, obrigatoriamente, ocorrer em local próximo ao Poder Legislativo local
- (D) será permitida pela Administração Pública local, pois, além de inédita, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, mediante prévio aviso à autoridade competente

26. SELECON - 2022

Dy consegue concluir curso universitário tendo colado grau como Bacharel. Ocorre que, para exercer a profissão relacionada ao seu curso superior, deve ainda realizar prova de habilitação. Há previsão legal para a referida avaliação. Dy, inconformado com a restrição, propõe medida judicial alegando ofensa à norma constitucional. Nos termos da Constituição Federal:

- (A) é livre o exercício de qualquer profissão
- (B) é possível a lei estabelecer requisitos além da conclusão de curso superior

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. SELECON - 2024

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

- (A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração
- (B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração
- (C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo
- (D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

2. SELECON - 2022

Quanto à atuação concreta da Administração Pública, a dispersão de manifestantes caracteriza-se como um:

- (A) ato material.
- (B) ato político.
- (C) ato privado.
- (D) ato administrativo.

3. SELECON - 2022

Sob o fundamento do princípio da legalidade, a atuação do administrador público deve ser:

- (A) *ultra legem*.
- (B) *contra legem*.
- (C) *praeter legem*.
- (D) *secundum legem*.

4. SELECON - 2022

Toda manifestação unilateral da vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria é chamada de:

- (A) Lei provisória
- (B) Norma interna
- (C) Ato administrativo
- (D) Função pública

5. SELECON - 2022

Determinado candidato questiona, no prazo legal, perante o Poder Judiciário competente, que a Banca Examinadora do concurso público municipal ao qual se submeteu, empregou critérios técnicos rigorosos para correção da sua prova discursiva de redação, razão pela qual pleiteou em Juízo que fosse novamente corrigida a sua prova, sem, contudo, demonstrar e/ou provar que a respectiva Banca Examinadora tenha praticado qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade com relação às normas do Edital desse certame, conforme atestou o Município demandado ao ser citado para responder à respectiva demanda judicial.

Isto posto, no mérito administrativo, cumpre ao julgador da referida demanda judicial quanto ao pleito do candidato, proferir decisão final de forma:

- (A) favorável ao candidato, pois compete ao Poder Judiciário agir discricionariamente em favor da sociedade
- (B) favorável ao candidato, visto que o Poder Judiciário pode substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados
- (C) desfavorável ao candidato, pois não compete ao Poder Judiciário substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados
- (D) desfavorável ao candidato, pois ao Poder Judiciário não compete analisar qualquer matéria relativa ao Direito Administrativo

6. SELECON - 2021

O aspecto do ato administrativo que consiste na valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato discricionário, que é pertinente apenas aos atos praticados no exercício da competência discricionária, está relacionado com o conceito de:

- (A) causa
- (B) mérito
- (C) requisito
- (D) competência

7. SELECON - 2024

Para ser válido, o ato administrativo tem que preencher uma série de elementos. Quando o resultado do ato importar em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo, o ato será nulo por vício de:

- (A) forma
- (B) incompetência
- (C) ilegalidade do objeto
- (D) inexistência dos motivos

8. SELECON - 2023

Uma servidora obteve licença-maternidade, concedida em ato com a seguinte redação: "Tendo em vista o nascimento de seu filho e a previsão legal, defere-se o pedido formulado pela servidora, sendo-lhe garantido salário-maternidade". Os fundamentos que embasaram o deferimento do pedido da servidora constituem o seguinte elemento do ato administrativo:

- (A) o objeto
- (B) o móvel
- (C) o motivo
- (D) o conteúdo
- (E) a motivação

9. SELECON - 2022

Ao atender um cidadão durante o horário de expediente, um servidor público, concursado em cargo de nível médio voltado para o exercício de funções administrativas, estando lotado na secretaria de Fazenda Municipal, lhe informou que, mesmo não sendo servidor público concursado em cargo de nível superior na função de fiscal de tributos do Município, o dispensaria do pagamento do IPTU e da multa pelo atraso desse pagamento referente ao exercício financeiro atual, em razão dele se encontrar desempregado, mediante simples despacho a ser por ele exarado, com base em requerimento administrativo endereçado pelo respectivo cidadão a essa Secretaria para apreciação do Secretário-Geral de Finanças.

Tal hipótese acima descrita viola o seguinte requisito inerente aos atos administrativos:

- (A) isonomia
- (B) competência
- (C) complexidade
- (D) discricionariedade

10. SELECON - 2022

O requisito vinculado e imprescindível do ato administrativo, que consiste no revestimento exteriorizador necessário à sua perfeição, através do qual se exigem procedimentos protocolares e legais para que o ato se expresse validamente, diz respeito ao seguinte requisito:

- (A) competência
- (B) finalidade
- (C) objeto
- (D) forma

11. SELECON - 2022

Tem-se como elemento presente em todo ato administrativo, com vistas, em última instância, ao fim público, de acordo com definição contida nas normas insertas no nosso atual ordenamento jurídico:

- (A) a forma
- (B) o objeto
- (C) o motivo
- (D) a finalidade

12. SELECON - 2022

Quando um ato produz um resultado específico a ser alcançado, previsto na lei, é um elemento do ato administrativo denominado:

- (A) finalidade
- (B) motivo
- (C) forma
- (D) objeto

13. SELECON - 2021

O requisito do ato administrativo que, segundo Hely Lopes Meirelles, é a "situação ou fundamento de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo" é:

- (A) a competência
- (B) o objeto
- (C) a forma
- (D) o motivo

14. SELECON - 2019

Segundo Carvalho Filho (2019), a exteriorização da vontade do agente, sob o regime de direito público, que vise a produção de efeitos jurídicos para atender ao interesse público é o conceito de ato administrativo. O elemento pelo qual todo ato administrativo deve buscar o bem comum e os atendimentos aos reclamos da sociedade, é o denominado como:

- (A) competência
- (B) finalidade
- (C) motivo
- (D) forma

15. SELECON - 2019

O requisito ou elemento do ato administrativo que é resultante da lei, portanto vinculado e que atribui ao administrador público a prática de um dado ato administrativo, através do qual deve satisfazer o interesse público, é o:

- (A) do objeto
- (B) do motivo
- (C) da finalidade
- (D) da competência

16. SELECON - 2024

A Administração Pública se manifesta por meio de atos administrativos. Quando o ato produzido não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou ocorre o vício de:

- (A) forma
- (B) conteúdo
- (C) finalidade
- (D) incompetência

17. SELECON - 2024

Os atos administrativos são unilaterais, isto é, dependem apenas da vontade da Administração Pública ou de pessoas que estejam exercendo prerrogativas públicas para sua promulgação. Para tanto, esses atos se valem de alguns atributos. São dois atributos nem sempre previstos em todo ato administrativo a:

- (A) imperatividade; e a tipicidade
- (B) imperatividade; e a autoexecutoriedade
- (C) presunção da legitimidade e veracidade; e a tipicidade
- (D) presunção da legitimidade e veracidade; e a autoexecutoriedade

18. SELECON - 2024

Eshum supervisiona determinado setor municipal e é o responsável pela edição e correção dos atos praticados pelo órgão. Os atos administrativos possuem determinados atributos, sendo um deles a:

- (A) imperatividade
- (B) aquiescência
- (C) volatilidade
- (D) presença

19. SELECON - 2023

O atributo de um ato administrativo referente aos fatos alegados pela administração como verdadeiros denomina-se:

- (A) presunção de veracidade
- (B) requisição administrativa
- (C) transferência compulsória
- (D) procedimento administrativo

20. SELECON - 2023

Os atos administrativos trazem consigo certos atributos que os distinguem dos atos jurídicos privados, o que os dota de características especiais e condições peculiares de atuação. Assim, o atributo que autoriza a imediata execução do ato administrativo, mesmo que suspeito de vício que possibilite a sua invalidade, é a:

- (A) coercibilidade
- (B) imperatividade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) presunção de legitimidade

21. SELECON - 2022

Taksin Preecha exerce as funções de fiscal sanitário no estabelecimento WW e, no uso regular de suas atribuições, recebe denúncia de má conservação de alimentos na mercearia Pocahontas Nemo, que se revela verdadeira. Constatado que existem mercadorias irregularmente armazenadas e com validade vencida, o fiscal apreende os bens e aplica multa. Nesse caso, com o ato de apreensão está sendo realizado um dos atributos do ato administrativo consistente na:

- (A) veracidade
- (B) legitimidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) previsibilidade

22. SELECON - 2022

A inversão do ônus da prova, na qual o particular é quem deve provar, em regra, a ilegitimidade do ato administrativo, refere-se a um efeito de:

- (A) tipicidade.
- (B) publicidade.
- (C) presunção de anterioridade.
- (D) presunção de legitimidade.

23. SELECON - 2022

A fiscalização sanitária de determinado Município interditou o funcionamento de uma lanchonete, inutilizando mercadorias impróprias para o consumo dos clientes, juntamente com aplicação de multa nos termos da legislação local.

Nesse caso, a prática desses atos administrativos emanados pela Administração Pública local, criando obrigações e/ou impondo restrições ao estabelecimento comercial destinatário, independentemente da sua vontade, é atributo dos atos administrativos a título de ser enquadrado como:

- (A) negocial
- (B) permissão
- (C) imperatividade
- (D) concessão

24. SELECON - 2022

Por força de denúncia anônima recebida pela Prefeitura Municipal X, foi praticado ato de polícia administrativa pela respectiva autoridade pública competente, com vistas a paralisar e a demolir a construção irregular de um prédio com rachaduras que revelavam eminente perigo à coletividade, sem a necessidade de ordem judicial para tanto.

No caso em tela, a prática do ato administrativo de interdição e de demolição da construção irregular do prédio sem prévia ordem judicial autorizativa desse ato é atributo:

- (A) do formalismo
- (B) da imperatividade
- (C) da autoexecutoriedade
- (D) da presunção de legitimidade

25. SELECON - 2022

Nos filmes policiais americanos, é comum aparecerem cenas em que agentes de polícia são autorizados pelo Estado a parar veículo automotor de particular e requisitá-lo, com o objetivo de perseguir um bandido, em função de iminente perigo público imediato. Ao motorista, só resta como alternativa entregar o veículo, sob pena de praticar crime de desobediência. O ato administrativo da requisição, descrito nessa situação hipotética, tem como principal atributo a:

- (A) imperatividade
- (B) presunção de legitimidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) legalidade

26. SELECON - 2022

O inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal assegura, mesmo no âmbito dos processos administrativos, a observância do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Trata-se de garantia constitucional que estabelece restrição importante ao seguinte atributo dos atos administrativos:

- (A) exigibilidade
- (B) coercibilidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) presunção de legitimidade

27. SELECON - 2022

Os atributos dos atos administrativos conferem características especiais a estes, distinguindo-os de atos jurídicos privados.

Assim, o atributo da autoexecutoriedade está relacionado com a:

(A) autorização e imediata execução dos atos administrativos, mesmo que eivados de vícios ou defeitos que o levem à invalidade, enquanto não sobrevier o pronunciamento de sua nulidade

(B) imposição da coercibilidade para seu cumprimento ou execução e produção imediata de seus efeitos finais

(C) força impositiva própria do Poder Público, com que nasce, e que obriga o particular ao fiel atendimento, sob pena de se sujeitar a execução forçada pela Administração

(D) possibilidade de que certos atos administrativos ensejem sua imediata e direta execução pela própria administração, independentemente de ordem judicial

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. SELECON - 2022

Frank Kruger foi acusado de ter praticado um crime no ano de 1981. Posteriormente, em 1983, o fato considerado como criminoso deixou de existir favorecendo Frank. Nos termos do Código Penal e da doutrina aplicável, está caracterizada a denominada:

- (A) ultra-atividade do crime
- (B) modificação do crime
- (C) abolição do crime
- (D) desconsideração do crime

2. SELECON - 2022

Ao legislador é vedada a criação de leis penais que incidam sobre fatos anteriores à sua vigência, tipificando-os como crimes ou aplicando pena aos agentes. Nesse sentido, é vedada a analogia para:

- (A) criar tipos penais incriminadores
- (B) interpretar a norma penal
- (C) aplicara escusa absolutória
- (D) abrandar as infrações existentes
- (E) incluir hipóteses correspondentes às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente

3. SELECON - 2022

Uma pessoa praticou um crime em maio de 2012, quando a pena prevista de forma abstrata era de 3 a 6 anos. Em 2014, O legislador reduziu a pena do crime, que foi fixada no mínimo de 2 e no máximo de 3 anos. Em 2015, nova lei alterou a pena do mesmo crime, que passou a prever o mínimo de 4 e o máximo de 6 anos. Caio foi julgado e condenado em primeiro grau em 2016, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória em 2017. Nesse caso, o condenado será apenado com a pena em vigor no ano de:

- (A) 2012
- (B) 2014
- (C) 2015
- (D) 2016
- (E) 2017

4. SELECON - 2020

Pégaso é condenado pela prática de crime previsto em lei a quinze anos de reclusão, tendo a decisão judicial transitada em julgado. Após dois anos de cumprimento da pena, surge lei nova que deixa de considerar como crime os fatos que levaram à condenação de Pégaso. Nesse caso, segundo os comandos normativos do Código Penal, a lei:

- (A) não retroagirá pelo efeito permanente da decisão judicial
- (B) retroagirá para beneficiar o réu
- (C) retroagirá se houve concordância do Ministério Público
- (D) não retroagirá por ser regra de exceção

5. SELECON - 2019

Patuscada foi preso em flagrante, processado e sentenciado pelo cometimento de determinado crime. No curso da execução da pena, surgiu a lei X que deixou de considerar como crime a conduta que redundou na sua condenação. Nesse caso, de acordo com as normas da parte geral do Código Penal, ocorreu a:

- (A) superação dos fatos
- (B) anistia pessoal
- (C) tipificação posterior
- (D) inovação para pior
- (E) abolição do crime

6. SELECON - 2022

A Lei Z estabelece que, no período iniciado em janeiro de 2014 e terminado em dezembro de 2014, serão considerados crimes determinados fatos para regular situações decorrentes de evento relevante. Nos termos do Código Penal e da doutrina, essa lei deve ser considerada:

- (A) parcial
- (B) temporária
- (C) previsível
- (D) variável

7. SELECON - 2023

HJ é professor de Legislação em curso de Humanidades e necessita apresentar temas de Direito Penal, como item necessário para a compreensão da sociedade. Após pesquisar a questão da aplicação da lei, ao constatar que o tempo do crime será o da ação ou da omissão, verifica que o Código Penal adotou a teoria da:

- (A) atividade
- (B) realidade
- (C) efetividade
- (D) ubiquidade

8. SELECON - 2020

Érica conduz investigação no concernente a crime que é capitulado em mais de uma lei formal. Com dificuldades de definir a lei aplicável, estabelece que, no caso investigado, deveria ser aplicado o princípio da:

- (A) constitucionalidade
- (B) individualidade
- (C) especialidade
- (D) temporalidade

9. SELECON - 2022

Com relação à aplicação da lei penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria ter sido produzido o resultado. Para efeito de análise sobre o local do crime, o direito brasileiro adota a teoria da:

- (A) atividade
- (B) teleologia
- (C) finalidade
- (D) ubiquidade
- (E) naturalidade

10. SELECON - 2020

Esquimó é acusado de cometer crime ocorrido em aeronave que realiza voo internacional. Nos termos do Código Penal, é considerada extensão do território para fins de aplicação da lei brasileira:

- (A) aeronaves estrangeiras em voo onde estiverem
- (B) aeronaves brasileiras em voo no espaço aéreo nacional
- (C) aeronaves estrangeiras pousadas em aeroportos internacionais
- (D) aeronaves brasileiras mercantes em voo perante espaço aéreo estrangeiro

11. SELECON - 2019

A aeronave Tropicália é de propriedade da União e está sobrevoando país estrangeiro quando Joecy, passageiro da aeronave, é acusado de cometer crime culposo durante o voo. Nesse caso, de acordo com a parte geral do Código Penal, é **correto** afirmar:

- (A) Aplica-se a lei estrangeira do local de sobrevoos.
- (B) A aeronave é considerada extensão do território nacional brasileiro.
- (C) A tipificação de crimes culposos não se aplica a sobrevoos.
- (D) Caberá ao Estado brasileiro decidir qual lei será aplicada.
- (E) A aplicação da lei cabível dependerá de tratados internacionais

12. SELECON - 2022

A omissão pode ser geradora de responsabilidade criminal quando o agente omissor estiver, nos termos das exigências do Código Penal, na posição de:

- (A) espectador
- (B) garantidor
- (C) torcedor
- (D) ativador

13. SELECON - 2022

Agente de segurança pública presencia a destruição de uma placa de sinalização de trânsito em ação delitativa cometida por um cidadão. Apesar de presenciar a ação, a autoridade policial não realiza qualquer intervenção, ainda que pudesse evitar o resultado antijurídico. No caso, o servidor incorreu em conduta:

- (A) omissiva própria
- (B) deconivência
- (C) comissiva por omissão
- (D) de participação negativa
- (E) atípica

14. SELECON - 2021

Bianca conduz um veículo automotor na contramão quando vem a colidir com outro veículo dirigido por Paula, que ultrapassou o farol vermelho. Nos termos das normas penais aplicáveis, deve ocorrer a:

- (A) caracterização da culpa de Bianca
- (B) exclusão da culpa de Paula
- (C) compensação de culpas
- (D) transformação das culpas

15. SELECON - 2019

Paul Polônio é motorista profissional e apreciador das corridas de alta velocidade. Conduzindo seu próprio automóvel, tem o hábito de reunir-se com amigos para realizar corridas ilícitas em vias públicas conhecidas como "rachas". Em um desses eventos, uma das pessoas presentes vem a ser atingida pelo veículo conduzido por Paul, vindo a falecer. Nesse caso, aplicando-se a parte geral do Código Penal e adequada interpretação jurisprudencial, o crime ocorrido deve ser caracterizado como doloso:

- (A) direto
- (B) aberto
- (C) presente
- (D) negligente
- (E) eventual

16. SELECON - 2019

J. é absolvido, tendo em vista que foi considerado que seu ato foi descaracterizado quanto a elemento constitutivo do tipo legal de crime. Nos termos do Código Penal, nesse caso, ocorre a exclusão do:

- (A) proibido
- (B) fato
- (C) excesso
- (D) dolo

17. SELECON - 2022

Dênis participou do processo para obtenção da carteira nacional de habilitação, tendo sido aprovado e obtido o documento do órgão de trânsito competente. Posteriormente, após ser abordado por autoridade policial em fiscalização de trânsito, houve a constatação de que o documento de habilitação seria falso. Dênis aduziu que desconhecia essa falsidade diante dos fatos que arrolou. Nos termos do Código Penal, o caso é de:

- (A) erro putativo
- (B) erro de proibição
- (C) erro sobre pessoa
- (D) erro sobre elementos do tipo

18. SELECON - 2022

LROY atua na área de Segurança Pública e participa de treinamento com o objetivo de realizar capacitação para fundar um curso especial e prosseguir em nova carreira. Um dos itens estudados consistiu em examinar os defeitos do ato delituoso. Nos termos do Código Penal, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o:

- (A) dolo
- (B) fundamento
- (C) motivo
- (D) objetivo

LÍNGUA PORTUGUESA

1. SELECON - 2023

Leia o texto a seguir:

Dezenas de nações assinarão tratado oceânico da ONU, mas a implementação aguarda resoluções internas

Um novo tratado da ONU para proteger os oceanos do mundo deverá ser assinado por dezenas de países nesta quarta-feira (20), mais um passo nos esforços para reverter os danos causados aos frágeis ambientes marinhos pela pesca excessiva e outras atividades humanas.

O pacto global para a conservação da biodiversidade no alto mar foi finalmente acordado em março e formalmente adotado pelas Nações Unidas em junho. É visto como uma ferramenta crucial para cumprir uma meta de proteger 30% da terra e do mar do planeta até 2030, conhecida como “30 por 30”.

Espera-se que pelo menos 60 países assinem o acordo na Assembleia Geral. No entanto, ainda precisa de ser ratificado internamente em cada um dos países para entrar em vigor.

Mads Christensen, diretor executivo interino do Greenpeace Internacional, descreveu o acordo como um “sinal poderoso” de ajuda a manter o ímpeto para cumprir a meta “30 por 30”.

“Mas esta assinatura é um momento puramente simbólico”, disse ele. “Agora os políticos devem trazer o tratado para casa e garantir que seja ratificado em tempo recorde.”

O acordo criará santuários oceânicos onde a pesca será proibida e também garantirá que a atividade humana em alto mar seja sujeita a avaliações de impacto ambiental.

A União Internacional para a Conservação da Natureza estima que serão necessários 500 milhões de dólares em financiamento para dar início ao tratado, e um fundo especial de implementação e capacitação poderá exigir outros 100 milhões de dólares por ano.

As ameaças ao ambiente oceânico têm aumentado nos últimos anos em resultado da pesca excessiva, bem como do aumento das temperaturas, e novas ameaças também poderão surgir da mineração nos fundos oceânicos e da utilização de tecnologias de geoengenharia para aumentar a capacidade do oceano de absorver dióxido de carbono.

Grupos ambientalistas dizem que o tratado deve entrar em vigor até 2025, o mais tardar, para garantir que a meta de proteção “30 por 30” seja alcançada.

“O oceano não pode esperar, e com o tratado em preparação durante a maior parte dos últimos 20 anos, não há tempo a perder”, disse Jessica Battle, especialista em oceanos do Fundo Mundial para a Natureza.

Fonte: <https://www.jb.com.br/brasil/meio-ambiente/2023/09/1046071-dezenas-de-nacoes-assinarao-tratado-oceanico-da-onu-mas-a-implementacao-aguarda-resolucoes-internas.html>. Acesso em

21/09/2023

A palavra OCEÂNICO foi acentuada pela mesma razão da palavra:

- (A) âmbar
- (B) prótons
- (C) burguês
- (D) simbólico

2. SELECON - 2022

TEXTO I

Questões jurídicas físicas e virtuais devem ser discutidas no metaverso

De forma geral, denomina-se “metaverso” o ambiente computacional em que, por meio de um avatar e frequentemente do uso de óculos de realidade virtual e aumentada, o indivíduo consegue se introduzir em um outro mundo, completamente digital, onde ele pode fazer compras, comparecer a concertos, conhecer outras pessoas, entre muitas outras atividades.

Se de fato se materializar, a transição do mundo real para o virtual deverá incluir a criação de cargos e empregos no metaverso, em que a jornada de trabalho seria cumprida no cenário digital. Isso inclui, é claro, o Direito e todos os seus profissionais. Estaria, então, o futuro do Direito dentro do metaverso?

De certa forma, a resposta já existe — e é positiva. Em maio deste ano, a Justiça do Trabalho do Mato Grosso inaugurou um ambiente virtual em que qualquer indivíduo com bom acesso à internet pode entrar. Trata-se de uma caminhada entre os portões do prédio da Justiça até a recepção e, por fim, chegando à sala de audiência, onde é possível conversar com a juíza que coordenou a inserção do Judiciário estadual naquela que muitos especialistas têm chamado de “a nova fase da internet”.

Existem, contudo, diversos empecilhos que podem frear o avanço da advocacia no universo online. O primeiro deles é a acessibilidade: para entrar no multiverso, exige-se, no mínimo, uma boa conexão à internet (algo que não faz parte da realidade de cerca de 40 milhões de brasileiros). No futuro, pode ser demandado também o uso de óculos de realidade virtual ou aumentada, o que torna o processo ainda mais custoso.

Entretanto, o principal entrave no que diz respeito à entrada do Direito no metaverso é a questão da ética. Seria possível garantir que conversas sigilosas e a inviolabilidade de escritórios e arquivos se manteriam intactas quando existe a possibilidade não só de ataques hackers, mas também da má administração e gestão de dados?

Foi com base nesse tipo de risco que, em 2007, quando um escritório de São Paulo tentou abrir uma unidade no Second Life, o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP não foi favorável à inauguração do espaço virtual. Importante assinalar, porém, que a intenção nessa época era mais voltada a apenas construir uma presença meramente institucional online do que estruturar um escritório que de fato operasse digitalmente, como se discute hoje.

Mesmo com obstáculos, especialistas especulam que a chegada do Direito ao metaverso é inevitável, uma evolução natural da vida que já levamos online. “Isso acontecerá em qualquer hipótese, porque os códigos de programação dos ambientes incorporarão regras jurídicas de um jeito ou de outro. O que pode acontecer é uma situação de conflito que já existe hoje entre a regulação feita pelas empresas e atores privados que são responsáveis pelas plataformas e a regulação estatal”, opina o líder e gestor de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV-Direito de São Paulo, Guilherme Forma Klafke.

Adaptado de: <https://www.conjur.com.br/2022-ago-07//funcionara-direito-metaverso>. Acesso em 28/10/2022

O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa trouxe algumas mudanças em relação à acentuação das palavras, como a que envolve o acento gráfico em hiato de algumas paroxítonas. Esta mudança, a partir das novas regras, é exemplificada na seguinte dupla de palavras:

- (A) crêem-vêem
- (B) creem-veem
- (C) jiboia-colmeia
- (D) jibóia- colméia

3. SELECON - 2020

Abreviação pode ser conceituada como a representação escrita de uma palavra, grafando-se apenas algumas de suas sílabas ou letras. Assim, a maneira correta de abreviar “adjetivos”, “litros” na expressão “20 litros” e alqueires em “200 alqueires” é:

- (A) Adjs. - 20Lts. - 200 Alqs.
- (B) adj. - 20 L. - 200 Ha.
- (C) Adj.-20Is.-200Alq.
- (D) adj.-20L -200alq.

4. SELECON - 2023

Leia o texto a seguir:

O futuro é agora

Presencial, ensino a distância ou sistema híbrido: de que forma você quer estudar? O principal é não parar de se qualificar para garantir uma colocação no mercado

A educação passou por diversas transformações ao longo da história, mas a evolução cada vez maior das novas tecnologias exige do setor mais dinamismo para adaptar o ensino, agregando a ele o melhor das inovações constantes. Com suas particularidades inéditas na sociedade moderna, a pandemia de covid-19 impôs às instituições a necessidade de buscar soluções que aceleraram tal adaptação e, por consequência, impactaram as preferências dos estudantes.

Realidade no Brasil há mais de 15 anos, o ensino a distância mostrou-se a modalidade ideal diante do isolamento social gerado com o surgimento do novo coronavírus. No início de 2020, antes do anúncio global da pandemia de covid-19, 60% dos entrevistados foram enfáticos na preferência pelo ensino presencial em pesquisa realizada pela *Educa Insights* em parceria com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). Após quatro meses de pandemia, esse número caiu para 22%, enquanto 78% responderam considerar a possibilidade de aderir ao ensino a distância. O levantamento indica, ainda, que não há significativas diferenças nessa lógica no recorte por regi-

ões. O Centro Oeste liderou com 83% dos pesquisados com disposição para o EaD, enquanto o Nordeste apresentou a menor taxa, 72%. Sudeste, Sul e Norte empataram em 79%.

O Censo da Educação Superior 2020, divulgado em fevereiro deste ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostrou que o ensino superior manteve o crescimento no primeiro ano da pandemia e constatou que pela primeira vez o número de alunos ingressantes nos cursos de graduação EaD superou o total de matriculados nos cursos presenciais. De acordo com o levantamento, 53,4% dos estudantes escolheram cursos a distância e 46,6% optaram pelo presencial. Apesar do expressivo aumento, a possibilidade de adesão à educação remota já apresentava tendência de alta há alguns anos. Em 2017, apenas 19% dos pesquisados consideravam um curso na modalidade, número que subiu para 40% no início de 2020, antes da confirmação da pandemia.

Fonte: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/07/6449101-o-futuro-e-agora.html>. Acesso em 29/09/2023

Na palavra **LEVANTAMENTO**, o elemento mórfico destacado é classificado como:

- (A) sufixo
- (B) prefixo
- (C) desinência
- (D) vogal temática

5. SELECON - 2023

Para onde vai o mercado da música?

Gilberto Menezes Côrtes

As mudanças culturais causadas pela internet e a difusão do “streaming” via celular abalaram o mundo musical, aborda estudo da *Goldman Sachs*, que prevê transformações ainda mais estruturais na indústria da música. Caro leitor, não sei se você já parou para pensar há quantos anos não compra um CD? Lembrando com os meus botões, acho que há uns 20 anos. Parece evidente que o “streaming” mudou radicalmente o modo de consumo da música. A aferição do sucesso está no interesse do público pelos shows ao vivo.

Dois fatos desta semana chamam a atenção para comprovar como se faz sucesso nesse mercado: as vendas de ingressos para as apresentações de Paul McCartney, aos 81 anos, no Brasil em dezembro, se esgotaram em várias cidades. Em sentido oposto, a cantora Simone Bittencourt, grande sucesso no país nos anos 80 e 90, teve um show cancelado em São José dos Campos (SP), por falta de público. A cantora baiana, de 74 anos, pôs à venda 1.400 ingressos. Sem retorno de público, amargou prejuízo de R\$ 100 mil.

Para onde vai o som

Segundo a *Goldman Sachs Research*, a indústria da música está à beira de outra grande mudança estrutural. Apesar da indústria ainda não conseguir monetizar totalmente seu conteúdo, com os serviços de streaming de música obtendo menos receita para cada música transmitida, os analistas do banco de investimentos esperam que o setor cresça e capture novas oportunidades de negócios. A projeção é de que a receita global de música gravada cresça 7,5% em 2023 (contra 7,3% na previsão anterior), com taxa de crescimento anual composta de 8,6% entre 2023 e 2030 (a curva quase não mudou).

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. SELECON - 2024

Os sistemas operacionais Windows 10 e 11 BR (x64) e as atuais distribuições Linux suportam uma modalidade de processamento que permite a execução de diversas aplicações de forma concorrente e independente, cada uma em uma área de execução individual. Com isso, se houver um problema de funcionamento em uma delas, essa poderá ser descontinuada e finalizada, mantendo as demais em operação normal. Essa modalidade de processamento caracteriza um tipo de multitarefa conhecida como:

- (A) preemptiva
- (B) associativa
- (C) distributiva
- (D) cooperativa

2. SELECON - 2024

No que diz respeito aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias em informática, um componente de hardware de um computador é um circuito integrado que realiza as funções de cálculo e tomada de decisão de um computador, sendo que sua operação dá-se com números e símbolos representados no sistema binário, incorporando as funções de uma CPU, operando como um dispositivo multifuncional programável que aceita dados digitais como entrada, os processa conforme as instruções armazenadas na memória e fornece resultados como saída.

Esse componente de hardware é conhecido por:

- (A) cache
- (B) buffer
- (C) registrador
- (D) microprocessador

3. SELECON - 2024

A CPU de um computador de uso pessoal é composta de diversas partes funcionais. Um dos componentes de hardware de uma CPU é:

- (A) a Unidade Lógica e Aritmética
- (B) o Gabinete e sua fonte de alimentação
- (C) o Basic Input-Output Subsystem (BIOS)
- (D) o Peripheral Component Interconnect (PCI)

4. SELECON - 2023

A CPU de um computador é composta de várias partes distintas. A parte responsável por buscar instruções na memória principal é:

- (A) a unidade de controle
- (B) o contador de programa
- (C) o registrador de instrução
- (D) a unidade lógica e aritmética

5. SELECON - 2024

Um usuário de computador precisa comprar um tipo de memória não volátil que seja capaz de preservar os dados armazenados por um longo tempo sem precisar de alimentação elétrica. Esse tipo de memória é conhecido como:

- (A) DDR4
- (B) SIMM
- (C) SRAM
- (D) FLASH

6. SELECON - 2023

Na busca de soluções para a limitação imposta pela comunicação entre processador e memória principal, foi desenvolvida uma técnica que consiste na inclusão de um dispositivo de memória entre a memória principal e o processador. Sua função básica é acelerar a velocidade de transferência das informações entre processador e memória principal e, com isso, aumentar o desempenho dos sistemas de computação. Este dispositivo é denominado:

- (A) memória ROM
- (B) memória RAM
- (C) memória cache
- (D) memória secundária

7. SELECON - 2021

No que diz respeito ao hardware dos microcomputadores, a performance de um disco rígido é um fator que influencia muito no desempenho global do sistema, determinando o tempo de carregamento dos aplicativos e arquivos grandes, e até mesmo a velocidade de acesso ao arquivo de troca. Entre os parâmetros utilizados para medir desempenho, um é descrito a seguir.

- É o tempo necessário para que a cabeça de leitura e gravação se posicione no setor do disco que deve ser lido ou mesmo gravado.

- É um tempo calculado, dividindo-se 60 pela velocidade de rotação do HD em rpm e multiplicando-se o resultado por 1000, o que resulta um valor em ms. Por exemplo, no caso de um HD de 5400 rpm, o resultado é igual a $(60/5400) \times 1000 = 11,11$ ms.

O parâmetro descrito é conhecido como tempo de:

- (A) troca
- (B) busca
- (C) acesso
- (D) latência

8. SELECON - 2022

No que diz respeito ao *hardware* dos computadores atuais, duas características são descritas a seguir.

I. A tecnologia empregada nas discos rígidos possibilitam capacidades de armazenamento na faixa de 1 TBytes e até mais.

II. Os dispositivos de entrada e saída de dados são integrados à configuração dos microcomputadores e *notebooks* por meio de conexões USB versão 3.0.

A sigla utilizada para referenciar a tecnologia dos discos rígidos e a taxa nominal de transferência do USB v3.0 são, **respectivamente**:

- (A) PCI-E e 4.8Gbps
- (B) SATA e 4.8Gbps
- (C) PCI-E e 480 Mbps
- (D) SATA e 480 Mbps

9. SELECON - 2022

No que diz respeito ao hardware, existem dispositivos que são integrados à configuração dos microcomputadores para operarem exclusivamente na saída dos dados processados. Em uma categoria oposta, existem outros dispositivos que operam exclusivamente na entrada dos dados a serem processados por essas máquinas. Exemplos de cada uma dessas categorias são, respectivamente:

- (A) teclado e pendrive
- (B) pendrive e plotter
- (C) plotter e scanner
- (D) scanner e teclado

10. SELECON - 2022

Atualmente, um equipamento semelhante a um notebook representa um dos dispositivos mais vendidos para escolas de ensino fundamental e médio no mundo, com características listadas a seguir, que o diferenciam do modelo tradicional.

- É bem mais fino e leve, não roda Windows e traz uma proposta diferente devido à maior integração com os serviços e aplicativos do *Google*. Seu S. O. tem armazenamento em nuvem e diversos níveis de segurança, o que o torna mais rápido e fácil de usar, mas limitado no armazenamento dos dados. Permite executar aplicativos compatíveis com o modo *off-line*, quando não se encontra conectado à *internet*.

- É indicado para pessoas que desejam uma máquina com acesso rápido à *internet*, com troca de *e-mails* e anotações, e um preço mais acessível. Alguns modelos são conhecidos como 2 em 1 e oferecem também a versatilidade de um tablet. Esse equipamento e o seu sistema operacional são, respectivamente:

- (A) Ultrabook e Mac O. S.
- (B) Chromebook e Chrome O.S.
- (C) Ultrabook e Chrome O. S.
- (D) Chromebook e Mac O.S.

11. SELECON - 2022

A infraestrutura da tecnologia da informação é composta por alguns elementos que precisam ser coordenados entre si. O elemento que tem por objetivo, no processamento computacional, o armazenamento, a entrada e a saída de dados denomina-se:

- (A) gestão de dados
- (B) *software*
- (C) rede interna
- (D) *hardware*

12. SELECON - 2018

Um usuário do processador de textos Word do pacote MSOffice 2007 BR está digitando um texto em um microcomputador. Após terminar a digitação, esse usuário levou o cursor do *mouse* para o início do texto por meio da execução de um atalho de teclado AT1 e, em seguida, executou um outro, AT2, para converter uma citação em que constava a palavra Cuiabá para um formato

com todos os caracteres em caixa alta, para finalmente salvar o texto por meio de um terceiro atalho AT3. Esses atalhos de teclado AT1, AT2 e AT3 são, respectivamente:

- (A) Alt + Home / Shift + F1 / Ctrl + S
- (B) Alt + Home / Shift + F3 / Ctrl + B
- (C) Ctrl + Home / Shift + F1 / Ctrl + S
- (D) Ctrl + Home / Shift + F3 / Ctrl + B

13. SELECON - 2023

Para abrir um documento via teclas de atalho no MS Word 2010, as seguintes teclas precisam ser digitadas:

- (A) CTRL+A
- (B) CTRL+N
- (C) CTRL+T
- (D) CTRL+W

14. SELECON - 2024

Para se utilizar os recursos do Word 2010/2013, deve-se saber primeiramente se a versão é referenciada como português brasileiro ou inglês. Dessa forma, para aplicar alinhamento à direita nas versões BR e US, deve-se selecionar o texto e executar, respectivamente, os seguintes atalhos de teclado:

- (A) Ctrl + A e Ctrl + G
- (B) Ctrl + D e Ctrl + A
- (C) Ctrl + R e Ctrl + D
- (D) Ctrl + G e Ctrl + R

15. SELECON - 2023

Um funcionário da Prefeitura de Primavera do Leste – MT está digitando um documento no editor Word 2013 BR (x64) e, em dado momento, executou um atalho de teclado que moveu o cursor do mouse para o início da próxima página, fazendo uma quebra de página manual. Esse atalho de teclado é:

- (A) Ctrl + Home
- (B) Ctrl + Enter
- (C) Ctrl + I
- (D) Ctrl + F

16. SELECON - 2024

No uso dos recursos do Word 2019 BR (x64), em um notebook com Windows 10 BR, a execução de um atalho de teclado tem por finalidade expandir/recolher a Faixa de Opções. Esse atalho de teclado é:

- (A) Alt + F2
- (B) Alt + F1
- (C) Ctrl + F2
- (D) Ctrl + F1

17. SELECON - 2023

No Microsoft Word, aplicativo de edição de textos da suíte de aplicativos de escritório Microsoft Office, um nome de tamanho padrão de papel é:

- (A) Paisagem
- (B) Retrato
- (C) Courier
- (D) Carta

